

A RELEVÂNCIA DA LINGÜÍSTICA AO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA

Liliane Silveira Bonorino

RESUMO[®]

Neste trabalho, a partir da apresentação de três definições atribuídas à gramática (normativa, descritiva e internalizada), será estabelecida a conexão entre as mesmas e o posicionamento da lingüística acerca do uso da gramática como objeto de ensino de língua materna.

PALAVRAS-CHAVE: Lingüística, língua materna, uso da gramática

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apresentar um esclarecimento acerca do uso das gramáticas como base para o ensino da língua materna na escola, abordando as definições atribuídas à gramática, bem como as relações que as três definições existentes sobre a gramática se relacionam com o verdadeiro contexto em que ocorra de fato o ensino do português. Assim sendo, será visto não apenas uma conceituação à respeito da gramática, mas, principalmente, a postura da lingüística com relação ao que deveria ou não ser ensinado na escola: gramática?

1 O uso e o ensino da gramática

Ao tentar localizar os pontos que parecem centrais para criar uma nova imagem do professor de português, enquanto professor da língua materna, encontra-se como ponto de partida o que mais tradicionalmente tem sido o seu núcleo de atuação: o ensino da gramática. Para reverter essa visão acerca do ensino de língua materna, surgiram novos estudos relacionados ao fenômeno lingüístico, que couberam à ciência denominada lingüística desenvolver.

Conforme atesta Possenti & Ilari *apud* Kirst (1992: 11), “uma reflexão crítica sobre a contribuição da lingüística nos permitirá elencar alguns princípios que, somados e assimilados à prática, podem resultar numa imagem do professor de português muito diferente, até mesmo oposta à atual”.

É preciso salientar que para Possenti

nossa sociedade reconhece um tipo especial de competência que se exige para o ensino da língua materna. Tal competência se caracteriza fundamentalmente pelo domínio de certos conteúdos tipicamente escolares, uniformemente distribuídos pelas diversas regiões do país, independente das peculiaridades dessas regiões e, talvez, das necessidades reais dessas regiões (1992: 9).

A partir dessa perspectiva, tenta-se estabelecer a relevância da lingüística para o ensino da língua materna, sendo que essa ciência tenta aproximar o ensino ao máximo do uso real e das condições naturais de aprendizagem da língua.

De acordo com Possenti & Ilari *apud* Kirst (1992: 11), “uma das contribuições da lingüística mais importantes para o professor de língua materna é a de ter mostrado que o termo ‘gramática’ não tem uma definição única, podendo referir-se a várias realidades”.

Desse modo, serão exploradas três definições de gramática a fim de esclarecer como tem sido organizado o ensino de língua materna e as contrapor com o que a lingüística vem tentando implantar no ensino de português, ou seja, causar reflexão crítica a respeito de por que (não) ensinar gramática na escola.

Assim sendo, para se ter noção do que é gramática (“conjunto de regras”) destacam-se três maneiras que parecem diretamente pertinentes às questões do ensino: 1) gramáticas normativas tidas como conjunto de regras que devem ser seguidas; 2) gramáticas descritivas tidas como conjunto de regras que são seguidas; 3) gramáticas internalizadas tidas como conjunto de regras que o falante da língua domina.

Na percepção de Possenti (1996:64), “a primeira definição de gramática – conjunto de regras que devem ser seguidas – é a mais conhecida do professor de primeiro e segundo graus, porque é em geral a definição que se adota nas gramáticas pedagógicas e nos livros didáticos”. Com isso, vê-se que os conteúdos das gramáticas

são ensinados com o intuito de ensinar a “falar e escrever corretamente” segundo a norma culta.

O ensino baseado na gramática normativa parte do pressuposto que, ao serem dominadas as regras que a constituem, os aprendizes estarão aptos a expressarem-se empregando a variedade padrão (escrita e/ou oral) que a escola e a sociedade lhes impõem. Em vista dessa concepção de ensino, tem-se a visão de que ensinar língua é a mesma coisa que ensinar gramática.

Por conseguinte, Possenti considera que

A segunda definição de gramática – conjunto de regras que são seguidas – é a que orienta o trabalho dos lingüistas, cuja preocupação é descrever e/ou explicar as línguas tais como elas são faladas. Neste tipo de trabalho, a preocupação central é tornar conhecidas, de forma explícita, as regras de fato utilizadas pelos falantes – daí a expressão “regras que são seguidas” (1996: 65).

O contraponto existente entre as gramáticas normativas e as descritivas está na condição manifestada pelas regras que ambas apresentam, pois as normativas apresentam as regras que são seguidas, enquanto as descritivas apresentam as que devem ser seguidas. Isso mostra o quanto o posicionamento das gramáticas normativas no ensino é de autoridade e de imposição, já que manifestam não apenas uma sugestão, mas sim uma regra que deve ser seguida com afinco. Nesse ângulo, observa-se que nas gramáticas normativas as regras são colocadas como se a língua não tivesse sofrido variações, como se a língua tivesse estacionado no tempo, pois parece que a língua somente tem valor se for igualada aos padrões clássicos de uma língua erudita.

Ao contrário do que acontece com as gramáticas descritivas, que acompanharam a evolução da língua e não classificam as variações lingüísticas como sendo erros, essa postura tomada pelas descritivas não é aceitável às gramáticas normativas.

Logo, temos o posicionamento de Possenti acerca de outra definição de gramática:

A terceira definição de gramática – conjunto de regras que o falante domina – refere-se à hipóteses sobre os conhecimentos que habilitam o falante a produzir frases ou seqüências de palavras de maneira tal que essas frases e seqüências são compreensíveis e reconhecidas como pertencendo a uma língua” (1996: 69).

A gramática internalizada consiste nas regras

que cada falante comporta em si mesmo, que ele tenha adquirido em sua experiência de vida e em seu convívio social.

Após as considerações a respeito dos conceitos atribuídos à gramática, apresenta-se qual é o posicionamento da lingüística com relação a esses meios de se ensinar à língua materna.

Possenti (1996) afirma que cada uma das definições de gramática apresentadas corresponde a uma concepção diferente e compatível de língua.

Ao inserir o ensino de língua sob essas definições, será explicitada a relevância que o olhar da lingüística manifesta acerca desses ângulos destinados ao ensino de português.

Sabe-se que para Possenti “a gramática normativa, a língua corresponde às formas de expressão observadas produzidas por pessoas cultas, de prestígio. Nas sociedades que têm língua escrita, é principalmente esta modalidade que funciona como modelo, acabando por representar a própria língua” (1996: 74).

O que ocorre na gramática normativa é a exclusão de qualquer variante que não corresponda à chamada “norma culta” ou “variante padrão” ou “dialeto padrão”. Tal fato acaba contribuindo para a denominação das variantes como sendo “erros”, “vícios de linguagem” ou “vulgarismos”.

Segundo Possenti (1996: 18), “dado que a chamada língua padrão é de fato o dialeto dos grupos sociais mais favorecidos, tornar seu ensino obrigatório para os grupos sociais menos favorecidos, como se fosse o único dialeto válido, seria uma violência cultural”.

A necessidade de aprender gramática na escola é uma condição imposta pela sociedade que discrimina quem não tem conhecimento da escrita e da linguagem. Além disso, em vista do bom sucedimento do domínio do português padrão, a escola propõe como meta de ensino que, por meio de treinamento, os alunos consigam não somente produzir diversos tipos de textos, mas também ler produtivamente textos variados. Transpondo esse objetivo para a realidade escolar, percebe-se que isso não acontece nas escolas. Possenti (1996) declara que as razões pelas quais a escola fracassa na consecução desses objetivos são variadas e que podem ser de ordem metodológica ou decorrentes de valores sociais complexos. E ainda reafirma dizendo que “alguns dos problemas que levam ao fracasso têm a ver com a forma como se concebem

a função e as estratégias do ensino de língua” (1996: 21).

De acordo com Possenti, para lingüística, no que se refere ao ensino de língua materna, “não se deve confundir capacidade ou dificuldade de aprender uma língua com a de aprender a escrever segundo determinado sistema de escrita” (1996: 27). Caberá ao professor de língua materna ter cuidado em definir o que é certo e errado referente à fala e à escrita, pois não se podem desconsiderar as variações lingüísticas, sendo importante ressaltar que saber gramática não significa que se obterá o domínio sobre a escrita e a fala.

Já para a gramática descritiva, Possenti (1996) expõe a seguinte consideração:

(...) nenhum dado é desqualificado como não pertencendo à língua. Ou seja, em princípio, nenhuma expressão é encarada como erro, o que equivaleria, num outro domínio, à anormalidade. Ao contrário, a gramática descritiva encara – considera um fato a ser descrito e explicado – a língua falada ou escrita como sendo um dado variável (isto é, não uniforme), e seu esforço é o de encontrar as regularidades que condicionam essa variação (1996: 75-76).

Do exposto, um fato ao menos fica imediatamente evidenciado: o de que adotar um ponto de vista descritivo consiste em fazer a distinção entre diferença lingüística e erro lingüístico.

Muitas vezes a diferença lingüística, de acordo com a gramática normativa, acaba sendo considerada como um defeito ou erro, simplesmente pelo fato de certos grupos que falam uma língua ou um dialeto geral julgarem os outros que falam diferente do seu modo de falar como aqueles que falam de maneira errada.

Conforme Possenti (1996: 79), “na perspectiva da gramática descritiva, só seria erro a ocorrência de formas que não fazem parte, de maneira sistemática, de nenhuma das variantes de uma língua”.

Por fim, têm-se os aspectos positivos vistos pela lingüística na gramática internalizada, atribuindo que essa estrutura é inerente ao homem e que por meio dela as pessoas têm capacidade de expressar-se, de comunicar-se por meio de uma língua complexa.

No que concerne ao ensino de língua materna, tem-se a seguinte acepção de Possenti & Ilari *apud* Kirst:

De todos os tipos de gramática que se podem hoje discriminar, a gramática normativa é sem dúvida a menos útil. Dizer isso não significa dizer que somos contrários ao ensino da variante padrão, antes pelo contrário; significa reconhecer que a gramática normativa é uma estratégia ruim para o domínio da variante padrão, e é exatamente porque entendemos que o domínio da variante padrão é um objeto que a escola deve levar a sério de uma vez por todas, o que não acontece, em parte por causa das estratégias adotadas, que dizemos que ela é a menos útil (1992: 12).

Para reafirmar essa concepção, Bagno (2002) corrobora que o ensino de língua deveria propiciar condições para o desenvolvimento pleno de uma educação lingüística – conceito que difere em muito da prática tradicional de inculcação de uma suposta “norma culta” e de uma metalinguagem tradicional de análise da gramática.

Após a manifestação dos aspectos que essas gramáticas comportam ao ensino, pode-se ter uma noção da relevância da lingüística ao ensino de língua materna.

O objetivo mais geral do ensino de português para todas as séries da escola é mostrar como funciona a linguagem humana e, desse modo particular, o português; quais os usos que tem, e como os alunos devem fazer para entenderem ao máximo, ou abrangendo metas específicas, esses usos nas suas modalidades escrita e oral, em diferentes situações de vida (Cagliari, 2001: 28).

Com tudo o que foi exposto acerca da gramática que tem sido ensinada na escola, fica clara a posição da lingüística diante desse fato, pois ela não a ignora completamente, apenas visa o ensino sob outra perspectiva: o de que língua não se ensina, aprende-se.

CONCLUSÃO

Ao tomar conhecimento da função desempenhada pelas gramáticas normativa, descritiva e internalizada, pode-se esclarecer o papel que a gramática exerce, na acepção da lingüística: o de que a língua não deve ser ensinada como algo que está sendo a todo momento controlado por regras, pois a língua sofre mudanças. O que não ocorre com a língua que está nos manuais gramaticais, uma língua que é espelhada nos autores clássicos e também no português de Portugal, que está estagnada no tempo e que não acompanha a evolução que a língua vem sofrendo em um contexto atual. A língua ensinada do modo tradicional, não condiz

com a realidade da língua falada pelos alunos. Por isso, o ensino baseado estritamente na gramática tradicional vem sendo discutido pela lingüística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. Língua materna: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e lingüística**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2001.

KIRST, M. et alii. **Lingüística aplicada ao ensino de português**. 2. ed. Porto alegre: Mercado Aberto, 1992.

POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. São Paulo: Mercado de Letras, 1996.

NOTA

© Trabalho orientado pela Professora Ana Rita Bandeira Marchesan e desenvolvido pela aluna do 8º semestre do Curso de Graduação em Letras da UFSM, Liliane Silveira Bonorino.